

1ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
- Ata da 92.ª Sessão Ordinária
Realizada em 23 de Junho de 1.971 — Quarta-Feira

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (44); achando-se ausentes, os srs. deputados: David Fickermann, Marciano Baraniuk e Xenofonte Villanueva (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

Do senhor Oswaldo Spósito, presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, solicitando apoio desta Assembléia, ao apelo daquele Legislativo Municipal, no sentido de reformular o critério adotado com relação aos Vereadores de Municípios interioranos, que não percebem subsídios e nem ajuda de custo ou jeton. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Wanderley Antunes de Moraes, presidente da União Centenariense dos Estudantes Secundários, solicitando desta Casa, apoio no sentido de criarem uma Faculdade de Filosofia em Centenário do Sul. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

Inserção Circunscrição Trânsito Loanda constitui conquista região no-
noeste pt Considerando estado precário rodovias asfaltadas pt Considerando
longa distância meu Município antiga circunscrição vg rogamos legítimo re-
presentante povo vg lutar interesse comum pt Permanece Circ. trânsito
Loanda pt Saudações pt Hugo Accorsi — Prefeito Municipal. — Ao conhe-
cimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 101-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado apelo a Sua Excelência o governador Haroldo Leon Peres, para que autorize o órgão competente, o DER, a proceder ao asfaltamento da rodovia que liga Jaguariá a Santo Antônio da Platina, passando por Arapoti, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Quatiguara, Joaquim Távora.

Julga o signatário dispensável justificativa ao pretendido, posto que resalta a percepção dos que conhecem a força de produção agrícola daquela região, a importância capital desse empreendimento, cujas dimensões bem dizem da capitalização pronta dos resultados que objetiva e que alcançará, destarte contribuindo mais poderosamente para o progresso do Estado, já que as facilidades de rápido escoamento de suas riquezas do campo ensejará a conciliação de altos interesses do Paraná.

Solicita o requerimento, outrossim, seja oferecido um voto de plena confiança nas providências que não faltarão, por parte do exmo. sr. chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) — Agunaldo Pereira Lima

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a S. Exa., o senhor presidente da República, general Emilio Médici, telegrama solicitando, respeitosamente, se digne S. Exa. reformular o critério adotado com relação aos vereadores de municípios interiores com menos de 200 mil habitantes, que não percebem subsídios, nem ajuda de custo, nem jeton.

Os vereadores, em permanente contacto com o povo que representam, têm despesas constantes relacionadas com o próprio mandato, motivo por que a Assembleia Legislativa dá seu apoio à mensagem da Câmara Municipal de Ponta Grossa ao Exmo. sr. Presidente da República.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1971.

(a) — Antônio Lopes Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao senhor governador Haroldo Leon Peres, no sentido de que S. Excia. organize, de imediato, uma Comissão Especial destinada a planejar em futuro breve, uma campanha educativa a respeito do problema dos tóxicos.

A medida é urgente. No momento em que o Governo Federal preocupado com o aumento intensivo do consumo de substâncias tóxicas, principalmente pela nossa juventude começa a adotar medidas para frear este problema, o nosso Estado não poderia ficar alheio ao fato, e, enfrentando o assunto de imediato, mostrariamos ao País o nosso interesse em solucioná-lo.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) — Alvaro Dias

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe concede

o Regimento Interno (artigo 194, parágrafo 3.o) vem, mui respeitosamente, ante Vossa Excelência para que abone as faltas nas sessões dos dias 21 e 22 do corrente.

JUSTIFICATIVA:

As faltas foram motivadas por este Deputado estar tratando de assunto de alto interesse das comunidades que tenho a honra de representar nesta Casa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) — **Lázaro Dumont**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine o encaminhamento ao excelentíssimo senhor Pêrsio Ferreira, digníssimo Secretário de Segurança do Estado, do seguinte pedido de informações:

1) — Quais os resultados obtidos pela SSP em sua campanha contra os tóxicos, no decorrer deste primeiro semestre?

2) — Quais os maiores entraves encontrados pelas nossas autoridades, em sua luta contra os tóxicos em nosso Estado?

3) — Qual o índice de toxicômanos que a SSP tem conhecimento e estão registrados em seus fichários?

4) — Tem a SSP previsão dos toxicômanos menores existentes em nosso Estado; se em caso positivo, qual o número?

5) — Tem a SSP informação de que estão passando tóxicos nas portas de colégios?

Sala das Sessões, em 23 de Junho de 1971.

(a) — **Álvaro Dias**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 114-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no município de Dr. Camargo, um Ginásio Estadual, com funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) — **Wilson Brandão**

JUSTIFICATIVA:

O município de Dr. Camargo, ressentido-se, de há muito, da criação de um Ginásio Estadual, muito embora municípios vizinhos apresentem conquistas várias no campo educacional, a exemplo de Ivatuba, Ourizona e Floresta, dotados de Escolas de Comércio, Ginásios e Escolas Normais, logrando a almejada formação de Contabilistas e Normalistas.

A ausência do pretendido Ginásio Estadual vem importando em sacrifícios financeiros para pais de alunos, que se vêm na contingência e distantes, a fim de não perderem o ano letivo. Nada menos do que três mil cruzeiros (3.000,00) mensais são dispendidos para tal fim.

Sendo propósito deliberado do atual Governo do Estado o amparo, por todos os meios e modos, à Educação, nada mais justo do que o atendimento desta reivindicação. Convém frisar que o município de Dr. Camargo oferece as melhores condições para assegurar o ideal funcionamento as melhores condições para assegurar o ideal funcionamento do aludido Ginásio, para tanto aproveitando os serviços de professores licenciados de Maringá, os quais dispõem de meios de transporte rápido por via asfáltica.

PROJETO DE LEI N. 115-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de alargamento, cascalhamento, conservação e melhoria, a estrada que liga Cruzeiro D'Oeste ao município de Mariluz.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971.

(a) — **Wilson Brandão**

JUSTIFICATIVA:

Avoluma-se cada vez mais o tráfego na estrada que liga Cruzeiro D'Oeste a Mariluz, destarte agravando sensivelmente suas antigas deficiências, a ponto de criar sérios embarços àqueles que a ela demandam como meio de escoamento da rica produção agrícola da região. Os veículos de grande porte, destinados a cargas, não só lutam para ali vencer as distâncias, como sofrem desgastes muitos. Justo, portanto, o acolhimento das medidas pleiteadas eis que elas virão atender a velhos reclamos de um melhor e mais produtivo aproveitamento da citada estrada.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do sr. Mário Brandalise, presidente do CELEPAR.

Concedo a palavra ao sr. deputado Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Temos em mãos uma carta aberta escrita por um munícipe da cidade de Palmas, sr. Levy Marins, e vamos ter a honra de lê-la para conhecimento da Casa.

Diversos tópicos desta carta falam de problemas a respeito dos quais já tivemos oportunidade de encaminhar diversos requerimentos, aprovados por esta Casa, e enviados já aos órgãos competentes.

A carta é a seguinte:

“Tenho escrito alguns artigos apelando em defesa de nosso sagrado Direito, porque contribuimos com elevadas somas aos cofres do Estado e da União.

E, no entanto, até o momento, continuamos no esquecimento, isto é, na estaca zero.

A nossa energia elétrica, dia a dia diminui, e ninguém do Governo aparece. A estrada estadual que liga União a Palmas, está completamente intransitável com este tempo chuvoso.

Nessa estrada, já no quadro suburbano da cidade de Palmas, existe uma ponte provisória, já com os seus oito anos de existência, que com o tempo chuvoso, provoca o alagamento do rio e põe em correria os moradores, sendo que, por diversas vezes, tiveram que sair de suas casas debaixo d'água, com prejuízos dos seus já pequenos recursos. O importante é que ainda existe o esqueleto da ponte velha, que, por milagre o visitante não errou a passagem, caso contrário, teria ido visitar o além. Chego a acreditar que nosso Município não existe no mapa do Estado, ele apenas consta no mapa da Arrecadação.

Quero que o povo do meu Brasil saiba que Palmas é a Capital da Cultura do Sudoeste Paranaense; Capital Madeireira da América do Sul, assim como talvez seja em breve a Capital do Trigo, pois grande parte de nossos campos está sendo plantada. Aqui também possuímos nosso Bispo.

E um dos Municípios Brasileiros privilegiado, não possui 5% de analfa-

betos, pois o menor engraxate já está no ginásio. Aqui, muito antes de ser criado o MOBREAL, já possuíamos várias escolas para adultos analfabetos. Essas foram criadas e mantidas pelos cofres municipais.

Nosso clima é um dos melhores que a Natureza podia oferecer, caso contrário já estaríamos todos enterrados, porque recursos de Governos não temos. O retrato vivo é nosso Posto de Saúde, onde alguém chama de Posto de Higiene; este vive com todas as instalações sanitárias entupidas, e remédios aparecem, às vezes, por milagre. As paredes foram pintadas no ano em que foi construído, isto é, lá pelos vinte anos atrás.

O Grupo Escolar, que possui milhares de alunos, em dois turnos, e ainda o curso do Comércio Noturno, já há muito tempo vem sofrendo diariamente, com entupimentos de instalações sanitárias e falta de água.

A Cadeia Pública até parece ninho de porco, as instalações sanitárias já se acabaram, os presos vivem pior que na Sibéria, a etapa dos miseráveis, é na base ainda da tabela do Império. A sorte deles é que a Prefeitura auxilia, e o povo ajuda na compra de cobertas e camas; caso contrário, o preso não suportaria dez dias de prisão.

Quando fui Diretor de dois Departamentos na Prefeitura, na gestão do atual Prefeito, notei que o Município arca com despesas de alimentação e hospedagem de funcionários do Estado, que vêm fazer vacinação, etc. Assim como também paga aluguéis para salas de Repartições Federais, e, o mais interessante, ainda fornece funcionários para Repartições do Estado.

Afinal, vamos esperar agora a ação do atual Governador, acreditado muito nesse Governo e espero que ele lembre que existe o Sul e Sudoeste, e não só o Norte do Paraná.

Quero aproveitar a oportunidade para lembrar aos nobres Pares que dentro da primeira oportunidade passaremos à leitura das respostas dos órgãos constituídos, que nos honraram atendendo nossos requerimentos, mas até agora nada foi resolvido.

Na próxima semana estaremos percorrendo nossa região, e teremos subsídios para novamente falar aos órgãos constituídos do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vou trazer, hoje, um assunto um pouco diferente daqueles que, normalmente, são discutidos nesta Tribuna; porque iremos abordar, aqui, assunto ligado ao futebol de nosso Estado.

O futebol, sendo o esporte das multidões, sendo o futebol o esporte que tem monopolizado a totalidade daqueles que gostam de esporte em todo o mundo, é também, indiretamente, o assunto que deve merecer a atenção dos Legislativos, principalmente quando querem prejudicar o futebol do interior do Paraná.

Muito tem sido falado a respeito da participação do representante do Paraná no próximo Campeonato Nacional de Futebol.

Chega-se a comentar, através da imprensa, que o sr. Antônio do Passo, da CBD, já teria fixado que, na eventualidade do campeão paranaense ser algum clube do interior, este ficaria privado do direito de participar do certame nacional, recaindo a escolha no time da Capital que melhor se classificar.

A posição do homem forte da CBD seria adotada visando única e exclusivamente o fator RENDA, isto é, o nosso representante no campeonato nacional, sendo da Capital, as rendas serão maiores.

O sr. Antônio do Passo, assim procedendo, estaria violentando um direito adquirido dos clubes do interior, que se esforçam, lutam o ano inteiro, com dificuldades financeiras e tantos outros obstáculos, animados com a esperança de se sagrarem campeões e serem o representante paranaense no importante certame nacional.

Os campeonatos regionais são deficitários, especialmente numa disputa que poderá salvar a situação financeira de um clube que tudo fez para brindar as platéias com bons espetáculos, viesse a ser tornada esta tão propalada deliberação. Isto é, lógico, se o campeonato fôr no interior, o que pode não acontecer.

Estamos fazendo este pronunciamento, para que fique marcada desde já nossa posição, num assunto que é futebol; mas como o futebol é o esporte das grandes massas, não podemos ficar alheios ao mesmo. A nossa posição: que o representante do Paraná no campeonato nacional seja o campeão do Estado da presente temporada.

Sr. Presidente, srs. Deputados, no jornal "A Fôlha de Londrina", de hoje, há uma grande reportagem sobre os fiscais contratados da Secretaria da Fazenda, que estão sem receber há quatro meses, vivendo uma situação de grande penúria. O mesmo acontece com as serventes contratadas. Nós solicitamos, srs. Deputados, a constituição de uma Comissão composta dos nobres deputados Arthur de Souza, Arizone Araújo e este Deputado, que deverá, provavelmente amanhã, realizar estudos com os poderes maiores, visando solicitar o pagamento dos atrasados para as serventes do Estado do Paraná.

Com referência ao drama dos fiscais contratados que não recebem há quatro meses, queremos apelar ao sr. Governador, porque, lamentavelmente, o sr. Secretário da Fazenda é um homem que viaja demais, pouco tem parado em nosso Estado; ainda agora está nos Estados Unidos, e é quase impossível encontrar-se o sr. Secretário da Fazenda em Curitiba; nós transferimos o problema para a área do Governador, ou quem sabe, ao seu Líder nesta Casa, porque, amanhã, um fiscal poderá...

(Assume a Presidência o sr. Wilson Fortes)

... quem sabe tirar até mesmo um ato que venha atentar contra sua dignidade pessoal. Tendo ele que levar o sustentáculo para sua família, e ficando tanto tempo sem receber, esse fiscal poderá estar exposto a uma situação ridícula perante a nossa sociedade.

Este o apêlo que queremos dirigir ao sr. Governador, que relatou pela imprensa que o funcionalismo do Estado está com o pagamento em dia, quando isto não é verdade. Temos o caso das zeladoras, e agora o caso dos fiscais da Secretaria da Fazenda, contratados. Apelamos que lhes seja dispensado um tratamento humano, e que essa classe possa receber seus salários em dia.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há dias passados, nesta Casa, houve um comentário a respeito do Instituto de Identificação do Paraná, e os jornais procuraram tirar efeito do comentário que surgiu nesta Tribunal.

Sr. Presidente, srs. Deputados, na realidade, fui ver o que se passava naquele Instituto, e cheguei à seguinte conclusão:

O Deputado que fez o comentário desta Tribuna a respeito do assunto, foi o deputado Erondy Silvério, cuja personalidade é admirável, homem inteligente e de respeito, mas S. Exa. foi mal informado com relação àqueles acontecimentos.

É necessário que tanto o Poder Legislativo como o Poder Executivo saibam que, naquele Instituto, existem vagas de cem cargos no Departamento de Datiloscopia e no de Pesquisas Técnicas que trata dos antecedentes civis e criminais. Há falta de arquivo, pois mais ou menos seis mil processos encontram-se fora do arquivo por falta deste utensílio; faltam datilógrafos, pois não existem máquinas para que possa este trabalho ser desenvolvido.

Sr. Presidente, srs. Deputados, esta é uma das justificativas que trago

à Casa. É necessário que o sr. Governador, ou o órgão competente, verifique estes acontecimentos, de vez que o Instituto de Identificação do Paraná, um órgão de alta responsabilidade, está despreparado para atender aos paranaenses.

É necessário, srs. Deputados, fazermos essa observação, porque o Instituto de Identificação encontra-se em péssimo estado, sem material humano, sem máquinas datilográficas, sem funcionários preparados, não só para o Departamento de Curitiba, como também para outras regiões do Paraná.

É isso que quero salientar neste momento, e pedir a atenção da Presidência e dos nobres Pares, para o que realmente se passa no referido estabelecimento.

Quero também dizer ao nobre Deputado e meu particular amigo Erondy Silvério, que já fiz essas averiguações e encontrei, na realidade, essas deficiências, num Departamento de tamanha importância como o Instituto de Identificação do Paraná.

Por isso, também quero apelar neste instante ao sr. Líder do Governo, sr. deputado João Mansur, para que leve ao conhecimento dos órgãos competentes, para que transformem o Instituto de Identificação num órgão à altura de atender o Paraná e os paranaenses, que lá ficam 10 a 12 horas numa fila, e às vezes levam semanas esperando sua carteira de identidade. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Lamentavelmente venho à Tribuna na tarde de hoje, para discutir o problema que se levantou desta Tribuna, na tarde de anteontem. Digo lamentavelmente, porque venho desdizer, — com documentos e fatos que comprovam aquilo que eu disse — desdizer um homem que admiro pelos seus princípios, pela sua formação e pelo seu alto gabarito e conhecimento de causa.

Devo esclarecer que tenho afinidade, desde sua infância, conheço a tradição de sua família e a decência de seus familiares. É o sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

Dizia eu num dos apartes que lhe fiz, que S. Exa. por certo e sem dúvida alguma, estaria mal informado do que ocorrera ou vem ocorrendo na Casa Escolar de Pinhais, Distrito de Piraquara, município que tenho a honra de representar nesta Casa de Leis.

Passarei a provar aquilo que eu disse, que provaria com documentos aquilo que afirmava.

É afirmativa que não é princípio meu vir à Tribuna com demagogia, ou para ataques pessoais, para acusar ou defender; acusar aqueles que não merecem ser acusados, e defender a quem não deva ser defendido.

Assim, permitam-me os senhores que dê conhecimento à Casa e ao Paraná do que ocorreu na Casa Escolar de Pinhais, Distrito de Piraquara.

Em 15 de outubro de 1969, através do Ofício n. 172-69, encaminhamos à Secretaria de Educação e Cultura o seguinte: (Lendo)

“Senhor Secretário:

Pelo presente, tomo a liberdade de vir à presença de V. S. para levar ao seu conhecimento que fui, nesta data, informado de que na Casa Escolar de Pinhais, está deteriorado, cerca de 500 quilos de merenda escolar de diversas variedades; como sabe V. S., Pinhais é um Distrito em que quase a totalidade de pessoas ali residentes são de poucos recursos. Em consequência, os alunos que freqüentam as aulas, são sempre mal alimentados. Daí a necessidade que vemos, de dar a essas crianças uma alimentação reforçada pela merenda escolar, não se justificando, portanto, em hipótese alguma, que aquele volume de merenda esteja a deteriorar.

Devo dizer que não conheço as razões, mas entendo imperdoável esta situação, razão pela qual entendo que haja necessidade de uma investigação, sindicância e inquérito, se for o caso, responsabilizando a quem couber a responsabilidade.

Certo do seu bom acolhimento e das providências que se fazem necessárias, aproveito a oportunidade para subscrever-me com elevada estima e alta consideração.

(a) Leopoldo Jacomel."

Vejam então os senhores, que aí começava a balbúrdia na Casa Escolar de Pinhais. (Lendo):

"Senhor Secretário:

Pelo presente tomo a liberdade de levar ao conhecimento de V. S. o ocorrido hoje, pela manhã, entre a Diretora do Ensino Primário, professora Marly Teixeira, e o Diretor do Ginásio, Prof. Daniel Rocha, efetivo do Ensino Médio, ambos lotados em Pinhais, Município de Piraquara.

Existe em Pinhais um prédio com seis salas recém-construídas, onde poderia funcionar (se houvesse boa vontade por parte da Diretora do Primário) os cursos Primário e Ginásial.

Tudo estava certo, isto é, até hoje pela manhã. Entretanto, na hora em que o Diretor do Ginásio pretendeu recolher seus alunos para as salas, (200 alunos) foi impedido pela Diretora do Primário, que dizia necessitar de todas as dependências da Escola, o que não é verdade; ficaram sem serem usadas três salas novas e as quatro salas antigas, (onde funcionou o curso primário durante todo o ano de 1.970), o que prova que esta Diretora está pondo sua vaidade de mandona absoluta em primeiro plano.

Ora, se ela (a Diretora) funcionou o curso no ano de 1.970 em 4 salas, em três turnos, o que seria igual a 12 turmas, porque não pode agora, a título de colaboração, funcionar em seis salas novas, perfazendo também um total de 12 turmas, e ainda colocar alunos nas 4 salas antigas?

Neste caso, os 200 alunos já matriculados no Ginásio, ocupariam seis salas no período da manhã, (das 7,00 às 11,00) entregando as referidas salas em ordem e limpas às 11:30 horas.

Ocorre mais, sr. Secretário. Nas férias, conseguimos junto à primeira residência do DEOE, efetuar o levantamento para a recuperação das duas salas antigas, sendo necessário maçanetas das portas, quatro vidros e a pintura. A Diretora, assim que tomou conhecimento, dirigiu-se ao Secretário da Prefeitura de Piraquara dizendo que, mesmo recuperadas as salas, ela não mais mandaria alunos para as mesmas, porque agora tinha seis salas novas; tendo hoje também afirmado a mesma coisa ao Diretor do Ginásio, provando assim, mais uma vez, sua má vontade.

Percebendo que a recuperação das salas, naquela época, seria fácil, deixou-as em completo abandono, permitindo, nestas condições, a destruição das mesmas, deixando as portas abertas, com fechaduras arrebentadas, favorecendo o acesso de qualquer elemento em seu interior, inclusive destruindo os vidros das janelas, o que ocasionou reportagens na imprensa.

Deixou de fazer a escala de serventes durante o período das férias, não tomando conhecimento, como acontecia aos bens públicos em anos anteriores; antes estes problemas de destruição e abandono não existiam, apesar de estar sob a mesma Direção.

Possuímos também testemunhas oculares da destruição da quase totalidade das antigas carteiras escolares, executadas pelos próprios alunos, sob o comando e olhar da referida Diretora, demonstrando assim total irresponsabilidade com os móveis escolares, que apesar de pertencerem às salas antigas, ainda eram aproveitáveis.

As cercas de proteção e os sanitários não escaparam ao mesmo destino.

A insatisfação do público local com a Direção desta Professora é de longa data, pois abaixo-assinados foram enviados à Divisão de Ensino Primário, sem que fossem tomadas soluções satisfatórias.

Houve ainda um processo relacionado com a Merenda Escolar, onde não foram tomadas medidas cabíveis, em face das irregularidades existentes na época.

Além de tôdas estas constatações, a referida Diretora usa a agressão física aos alunos como meio corretivo, o que pode ser provado por testemunhas.

No período de férias, apesar da orientação dessa Secretaria de Educação e Cultura, que as Secretarias das escolas deveriam permanecer abertas num horário pré-estabelecido para o atendimento ao público, este Estabelecimento em pauta permaneceu quase que em seu período total com suas portas fechadas.

Durante o período escolar, era comum a dispensa dos alunos por motivos fúteis (isto comprovado pelos próprios alunos).

Na ocasião da instalação e organização do Ginásio, esta Diretora procurou, sempre que lhe era possível, fornecer dados distorcidos a fim de confundir os interessados.

Conhecido bem o problema por Vossa Senhoria, através deste expediente, e como homem público ligado ao Governo, lutando em prol da Educação, sinto-me no dever de consciência de sugerir o imediato afastamento da Diretora, Secretária e Orientadora da Casa Escolar "Irmãos Chalcoski — Pinhais, Município de Piraquara, que são coniventes, e a nomeação de uma outra Diretora para reger a Escola, até a conclusão do inquérito a ser instaurado.

Certo da valiosa atenção de Vossa Senhoria para este assunto de tão grande importância, aproveito a oportunidade para subscrever-me com a mais elevada estima e distinguida consideração.

LEOPOLDO JACOMEL, Dep. Estadual, ao Ilmo. Sr. Dr. Nelson Luiz Silva Fanaya, DD. Secretário dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, N/Capital.

Vejam os senhores, como se processou, e a fórmula pela qual conseguiu a ex-Diretora obter, dito desta Tribuna pelo nobre, prezado e respeitado deputado Cândido Martins de Oliveira. (Lendo):

"Pinhais, 18 de junho de 1971.

Senhor Diretor:

Pelo presente, como a liberdade de vir a presença de V. S., objetivando colaborar com a Administração, no seu bom sentido, e para tanto ofereço a V. S. conhecimento de que verifiquei, pessoalmente, hoje às 13,30 horas, na Estação Rodoviária, na fila de ônibus que demanda a Pinhais, Vila Maria Antonieta e Piraquara, estar o sr. Pedro Pinto de Castro, solicitando aos passageiros para assinarem um Abaixo-Assinado endereçado ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, chegando mesmo a importunar muitos dos mesmos.

Este documento tinha como fim o retorno da Diretora da Casa Escolar de Pinhais, desligada do seu posto por razões várias, dentre estas avultando a caracterização de sua completa irresponsabilidade para as funções.

Para atingir seus propósitos, o referido cidadão buscava, então, o surrado argumento de que o afastamento dessa educadora era consequência de mera "perseguição política".

É de todo lamentável, sr. Diretor, que um funcionário da Secretaria de Segurança Pública, a quem compete apenas o zelo pela ordem, tranquilidade e sossego público, proceda tão leviana e agressivamente, imbuindo certamente do intento de lançar a opinião pública contra autoridades educacionais do Estado, com maléficos reflexos entre alunos e professores.

Nessa conformidade, o vereador infra-assinado solicita respeitosamente de V. S., a adoção de prontas providências para que o sr. Pedro Pinto de Castro cesse, de uma vez por tôdas, com suas atividades agitadoras, em flagrante desrespeito às autoridades legitimamente constituídas.

Colhe o ensejo, pois, para levar até V. S. os protestos de meus agradecimentos e elevada consideração.

(a) Max Rochrssetzer, Vereador Municipal de Piraquara.

Ao Ilmo. Sr. Cel. Pérsio Ferreira, DD. Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública. Curitiba, Pr..

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Permitam os senhores que faça um relato à Casa e ao Paraná, sobre quem é o sr. Pedro Pinto de Castro. Em agosto ou setembro do ano passado, não posso precisar bem a data, foi pelo ex-Governador, numa sexta-feira, ao encerrar o Expediente, nomeado sub-Delegado de Pinhais. Atentem bem — sexta-feira, ao encerrar o expediente, foi nomeado sub-Delegado de Pinhais. Segunda-feira, pela manhã, às 7,30 horas, eu passava em Pinhais e recebia abaixo-assinado com 622 assinaturas, que está arquivada na Segurança Pública, pedindo a imediata exoneração do sub-delegado, nomeado na sexta-feira à tarde.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Poderia V. Exa. informar que dia e de que mês?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Eu disse que não podia precisar bem a data, mas lembrava que era uma sexta-feira, não sei se 12 de setembro, do ano das eleições. Isto na sexta-feira, e na segunda, às 7,30, recebia o abaixo assinado pedindo a exoneração. Por aí podem avaliar de quem se trata. Em 48 horas obtiveram 622 assinaturas contra um elemento.

A outra prova de que havia malícia na forma de obter o abaixo-assinado para manter a ex-Diretora do Estabelecimento, são as informações prestadas pelo sr. João Lourenço, morador daquele bairro, de que o abaixo-assinado era pedido por crianças menores de idade, sem os devidos requisitos da finalidade do mesmo e sem o cabeçalho, para posteriormente serem colocadas as razões do mesmo. Notadamente as pessoas arroladas estão inocentes, na sua maioria. Não sabemos os detalhes de sua finalidade. É assinado pelo sr. João Lourenço, organizador da Biblioteca Pública de Pinhais.

Outra declaração, que prova a conduta da Diretora, vem de parte do Diretor do Ginásio de Pinhais, professor Daniel Rocha.

(Lendo): "Quando convidado para organizar o Ginásio Estadual de Pinhais, procurei o corpo docente da Casa Escolar de Pinhais para entrosamento, encontrando por parte da Diretora, Prof. Maril e sua Secretária, prof. Cecília, atitude de surpresa pela minha pessoa, diante da organização do Ginásio. Não era a pessoa de seu interesse. A partir deste momento passaram a trabalhar contra a instalação, quando a princípio estavam de pleno acôrdo. Os boicotes para ceder o prédio foram os mais diversos, inclusive procurando jogar os pais de alunos contra a referida instalação, o que é a sua especialidade. Por outro lado, pais que queriam a instalação do Ginásio viam sua esperança ameaçada. Pois bem, verifiquei uma série de ocorrências que não a recomendam como uma boa Diretora.

a) Salas de aula do antigo grupo, onde ainda se faziam provas, e os alunos estavam instalados, inteiramente destruídas; as cadeiras e móveis totalmente danificados, muitos sem recuperação e na maioria destruídos;

b) a Prefeitura gastou milhares para as recuperar, já que os poderes públicos não tinham condições;

c) Onde está a dedicação e conservação dos bens por esta Diretora?

d) Bater em alunos para educar e corrigir ou manter disciplina de classe;

e) Permitir o abuso de faltas por parte de suas professoras sem tomar uma atitude; ter 3 salas sem professoras, quando o total é de 6 salas;

f) Após ocupar o novo prédio, esta Diretoria não procurou instruir, ensinar seus alunos, para a conservação do prédio. As carteiras são riscadas e quebradas, as salas sujas, fechaduras de portas e sanitários arrebitadas. A recuperação destes bens públicos foi feita às minhas custas.

Concluindo, após tantas observações feitas pelos órgãos da S.E.C. e Ins-
petoria, não sei como podem ainda querer conservar uma Diretora com tais
qualidades.

Curitiba, 22 de junho de 1.971.

Assinado: Prof. Daniel Ropha."

Srs. Deputados, no abaixo-assinado trazido pelo nobre deputado Cândido
Martins de Oliveira, a quem muito respeito e admiro, abaixo-assinado orga-
nizado pela ex-Diretora, e que foi encaminhado ao nobre Deputado, disse
S. Exa. que, das 23 professoras, oito tinha assinado. O que, evidentemente,
significa um terço, não a maioria absoluta. Portanto, não demonstra a
vontade superior.

No entanto, srs. Deputados, contrariando aquilo que elas mesmas fize-
ram, aqui estão as certidões de sete professoras, com firma reconhecida:
"Eu, Mariza Muniz, declaro para os devidos fins, ter assinado o abaixo-assi-
nado por não estar ciente dos acontecimentos desse Estabelecimento."

"Eu, Roseli C. de Oliveira... idem

"Eu, Dalva Hovorushko... idem

Eu, Delair Margarida Rebicki... idem

Eu, Vera Luiz Rissetti... idem

Eu, Marli dos Santos Tiepolo... idem

Eu, Sebastiana Ferreira Rodrigues... idem.

O que significa dizer que elas, realmente, foram coagidas a assinar.

Ainda existe, aqui, uma declaração do Pároco do Distrito de Pinhais, que,
por coincidência, tem a sua residência na frente da Casa Escolar de Pinhais.

"DECLARAÇÃO

Declaro, com plena consciência e plena responsabilidade, que durante os
últimos quatro anos de atividades exercidas em Pinhais, não constatei nada
que pudesse demonstrar haver organização e direção responsável na Casa
Escolar de Pinhais.

A população sempre insatisfeita, reclamando contra falta de responsabi-
lidade na direção da Escola; como prova disto, cito diversos abaixo-assina-
dos promovidos entre os pais de alunos, e que estão engavetados na Secre-
taria de Educação.

Quanto ao fato lamentável, ocorrido em fins de 1.970, em dezembro,
após o término das provas finais, a Direção da Escola, sob os meus olhares,
e com a participação de alunos da Escola, depredou a maioria das carteiras
existentes em duas salas de aula.

Além disso, durante o período de férias, as salas ficaram abertas a fim
de que ficasse patente o pouco caso da Direção da Escola, com relação
aos bens públicos.

A própria Diretora chegou a dizer que, no período das férias, esteve duas
vêzes (2 vêzes apenas) na Escola para ver como se encontravam. Quantas
vêzes, professoras faltavam, e os alunos retornavam para casa sem aula."

Disse o meu admirável companheiro Cândido Martins de Oliveira que não
era candidato a deputado quando Secretário e eu vou responder simplesmente,
para provar a S. Exa. que eu tenho provas de tudo quanto disse. (Lendo):
"Pinhais, 13 de outubro de 1.970.

Senhor Deputado. Através deste, tomo a liberdade de levar ao conheci-
mento de V. S. o ocorrido nesta data no Estabelecimento que tenho a honra
de dirigir por determinação do sr. Secretário.

Ocorre, sr. Deputado, que os alunos que freqüentam este Estabelecimen-
to, quase na sua totalidade são crianças filhos de pais pobres e não têm
condições de pagar dentista, e como compareceu aqui, dias atrás um funcio-
nário da Secretaria de Educação com um carro daquela Secretaria, chapa
4/84, declarando que necessitava de um levantamento das crianças que neces-
sitam consultar dentista, e que viria um profissional designado pela Saúde

Pública, para atender aos que dêle necessitassem, e quem aqui o mandara fôra o candidato oficial do Governo, sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, deixando na ocasião um maço de propaganda "decalques", do referido candidato, qual a minha surpresa porém, sr. Deputado, que no desenrolar da conversa, a conclusão fôra de que o dentista somente viria desde que o corpo docente daqui se predispusesse a trabalhar pela candidatura de seu candidato, sr. Manoel Cândido Martins, como é claro respondemos que aqui não faríamos política a quem quer que seja, e que dessa forma, não poderíamos assumir tal compromisso, mesmo porque seria um tanto difícil, eis que o município tinha candidato próprio a quem os seus munícipes muito deviam, razão pela qual seria difficilima a introdução de um nome estranho aos seus eleitores, ao que fomos retrucados, que o candidato por êle indicado não era estranho, pois se tratava do ex-Secretário de Educação e que na Assembléia iria defender a classe do Magistério, portanto, elemento bem conhecido das sras. Professôras, infelizmente sr. Deputado, apesar do levantamento dos necessitados ter sido organizado, até a presente data não apareceu aqui o tal dentista, assim pois, apelaria a V. S. para estudar a possibilidade do encaminhamento daquele dentista para atender àquela promessa que fizemos aos nossos alunos, promessa essa, que a nosso ver, não foi cumprida pelo funcionário, diante das nossas alegações negativas ao seu candidato, é evidentemente o que podemos concluir, porém, sr. Deputado, as crianças pobres deste bairro não entendem porque não veio até hoje o dentista.

Assim, em nome da pobreza do bairro deste Distrito, solicitará a fineza de dar atendimento ao presente, expediente, uma vez que achamos certa e honesta a reivindicação dos nossos alunos.

Na certeza de que o nosso apêlo encontrará eco da parte de V. S. aproveito da oportunidade para subscrever-me com a mais elevada estima e alta consideração. as.) M. Souza — Diretora".

Continuando, disse eu na minha exposição de motivos que a professora não descontava as faltas; disse que os abaixo-assinados não tinham validade. Os fatos estão provados.

Vejam VV. Exas. a certidão do Departamento de Despesa Fixa. Disse que traria, se possível, a esta Casa o Livro Ponto para provar o que dizia. E evidente, e V. Exa. como ex-Secretário sabe, que isto não seria possível.

Observem o que ocorreu pelo levantamento do Livro Ponto:

(Lendo):

"Linda S. Bacila, — 2 faltas

Mara W. Pacheco — 2 faltas

Delair M. Rebicki — 1 falta

Arlete Pinto Garret — 2 faltas

Roseli C. Oliveira — 5 faltas

Nilzete Pinto Kazeker — 4 faltas

Paula B. Biss (zeladora) — 6 faltas

Rosi Mari W. Pires — 17 faltas"

A seguir vou ler a Declaração fornecida pela Divisão do Magistério Central, assinada pela Chefe da Divisão e que traz o carimbo "Visto — Diretora da Despesa Fixa — (Assinatura do Diretor)."

(Lendo): — "Declaração.

Declaramos, para os devidos fins, que os boletins de freqüência, referentes aos meses de maio e abril-71, da Casa Escolar de Pinhais, constaram com comparecimento integral; somente no mês de Maio-71, os funcionários abaixo relacionados obtiveram as seguintes faltas, que foram descontadas no pagamento do mês de Junho:

Nilzete Pinto Kazeker — 1 Falta

Marli dos S. Firpolo — 1 Falta

Mara W. Pacheco — 2 Faltas

Ivete Martins — 1 Falta

Delair M. Rebicki — 1 Falta

Arlete Pinto Garret — 2 Faltas

Linda S. Bacia — 2 Faltas

Já disse que o sr. Secretário de Educação atual, tem realmente a cabeça no lugar. Está aqui. Quando um professor falta, são 40 crianças sem aula e, multiplicado, com as faltas do mês de maio, serão 1.500 crianças sem aula. O Governo pagou a todas integralmente, ou vai pagar, porque a Despesa Fixa dá como se tivessem pago.

Não vejo mal nenhum que o Secretário de Educação tome uma medida administrativa e demita a Diretora. O que não posso admitir é que se diga que o problema é exclusivamente político. Isto está provado pelos dados concretos e reais. O problema é de ordem administrativa. Esse estado de coisas não pode continuar; se continuar, até o fim do ano mais de 15 mil crianças não receberão aulas. Só em Pinhais já mais ou menos 1.500 crianças não receberam aula.

Para concluir, quero provar, mais uma vez, que o espírito de mando, aquela maneira de querer impôr a vontade, que se verificava na ex-Diretora, era prejudicial à administração.

Vou ler um ofício que foi dirigido pela nova Diretora ao sr. Secretário de Educação:

(Lendo): "Pinhais, 21 de junho de 1.971.

Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura.

Tomo a liberdade de lhe relatar os acontecimentos em nosso Estabelecimento de Ensino — Grupo Escolar de Pinhais e ao mesmo tempo solicitar permissão para tomar as medidas cabíveis.

Senhor Secretário, fui designada pela Portaria n. 1.108, de 11-6-71, por V. Exa. para assumir a direção deste Estabelecimento, devido às irregularidades que vinham nele ocorrendo.

Realmente ocorreram e continuam ocorrendo, pois a direção destituída e sua secretária estão fazendo verdadeiros tumultos em sala de aula, com alunos e professoras tirando a autoridade de nossos superiores, inclusive alegando fatos a crianças inocentes, que estão ficando amedrontadas, pois as mesmas querem saber deles quais os pais que foram se queixar delas na Secretaria, e que não mais poderão estudar no Grupo.

Sr. Secretário, isso ocorreu enquanto fui almoçar, as mesmas aproveitaram a minha ausência para provocar choques entre o corpo docente, discente e a Direção.

Mas as professoras, de um modo geral, apesar de serem coagidas a assinar a lista, se negaram, e afirmo a V. Exa., que fui muito bem recebida por elas que, inclusive, vieram dar-me o seu apoio, e muitas delas me declararam que já se vinham cometendo sérias irregularidades. Estou trabalhando com minha secretária e espero que, dentro em breve, poderemos apresentar uma direção digna deste Estabelecimento de Ensino. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração. Atenciosamente,

(a) Maria de Lourdes Nascimento Gomes — Diretora.

Vejam os senhores, que o problema de educação, é aquilo que realmente eu disse em aparte que ofereci e que gentilmente me cedeu o distinto colega Cândido Martins de Oliveira, a quem muito respeito e admiro, pela sua capacidade; admiro-o pela sua brilhante atuação como parlamentar, mas não posso, jamais, conceber nem admitir em retirar o meu fraseado "Educação não é brincadeira".

E quando digo isto, reafirmo aquilo que disse; a falta de uma professora na sala de aula, representa 40 crianças sem aula, e o resultado disso aí está. Nos exames daquela Casa Escolar, houve crianças que, lamentavelmente, no terceiro ano, tiveram que voltar para o primeiro, porque a inspetora não aceitou a nota, nota 1,6.

Isso, Senhores, é consequência da falta de zelo, da falta do senso de responsabilidade que tem uma direção de ensino, porque se houvesse direção

como existem em outros municípios que lidero e que represento nesta Casa, não aconteceria semelhante coisa. E nós não podemos admitir a defesa de uma direção que é inoperante, que é irresponsável, e que não tem em si o senso de responsabilidade, que aponta 47 faltas para que o Estado pague aquelas que não querem trabalhar. Enquanto vemos S. Exa., o sr. Governador Haroldo Leon Peres lutando com todas as forças, conclamando todas as classes a ajudarem na recuperação do Paraná, a levantar a situação econômico-financeira do Estado, nós não podemos srs. Deputados, estar aqui, prestigiando aquelas que procuram demandar com o dinheiro dos cofres públicos. Esta, sempre foi a nossa formação e há de sê-la, enquanto Deus nos der forças, enquanto Deus nos der coragem de lutar. Nós não queremos a luta, não a provocamos, mas tão pouco, a tememos. E é por esta razão que aqui estamos, para defender o que é direito, e atacar aquilo que é errado.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

Eu ouvi em silêncio, sem apartear-lo, o discurso de V. Exa., em sinal de respeito e de admiração que tenho pela vida pública, pela sua atuação como político, pela sua atuação como parlamentar.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Obrigado a V. Exa.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Por este motivo, como uma homenagem a V. Exa., eu não quis atrapalhar através de apartes, o seu brilhante pronunciamento. Entretanto, agora, que V. Exa. finaliza o seu discurso, eu gostaria de rapidamente tecer algumas considerações com relação ao seu pronunciamento.

Em primeiro lugar, sr. deputado Leopoldo Jacomel, jamais foi minha intenção, ao denunciar a exoneração da ex-Diretora da Casa Escolar de Pinhais, município de Piraquara, tentar, através dessa denúncia, fazer qualquer defesa de irregularidades que por ventura lá tivessem ocorrido. Eu fiz a denúncia com relação a exoneração de uma Diretora que foi essa, como poderia ter sido outra, que tinha sido eleita por lista triplíce e designada com um mandato certo por 3 anos. Que portanto, não poderia jamais ser exonerada, a não ser após a apuração, através do competente inquérito administrativo ou judicial, da veracidade das acusações que por ventura lhe pesassem sobre os ombros. V. Exa. leu as denúncias que apresentou a Secretaria de Educação. Entretanto, este inquérito, segundo me consta, até a presente data ainda não foi instaurado. E o que é mais grave, deputado Jacomel, e chamo a atenção da casa para isso, a Portaria 1.108, de 11 do corrente, mês, que designou a substituta da ex-Diretora, ainda sequer foi publicada no Diário Oficial do Estado; e esta Diretora já tomou conta da Casa Escolar de Pinhais. E o que é mais grave, não tendo sido publicado no Diário Oficial do Estado, a Inspectora Regional do Ensino da Capital, à qual está subordinado o município de Piraquara, nem sequer tomou conhecimento da exoneração da ex-Diretora. Estive hoje ainda com a Professora Helena Poli, Inspectora Regional de Ensino desta Capital e ela se mostrou surpresa pela exoneração desta Diretora; que segundo ela, contra a Diretora, nada constava na Inspeção, a não ser uma visita sua à Inspectora do Ensino Primário, denunciando este fato. Inspectora esta que por determinação da Inspeção Regional do Ensino, chamou a ex-Diretora na Inspeção Regional, contou das acusações que V. Exa. fazia a ela e deu a ela, a ex-Diretora, um prazo para que regularizasse, se por ventura houvesse alguma falta. A Diretora lá esteve, conversou com a Inspectora, voltou para o seu Grupo Escolar, estava no pleno exercício de suas funções, procurando na medida do possível, satisfazer aos anseios dos seus alunos, do magistério e dos pais.

O que é mais grave, deputado Leopoldo Jacomel, V. Exa. neste episódio não tem culpa, a portaria foi assinada, a Inspeção não comunicou sequer ao Departamento de Educação da Secretaria de Educação, que nem sequer sabe da exoneração. Não existe nem na Secretaria de Educação, uma cópia da portaria. A única cópia está com a atual Diretora que tomou "manus militari", o poder naquele grupo escolar. Como é que pode uma inversão

total, antes de publicada a portaria que é ilegal, irregular e arbitrária; antes de publicada, esta Diretora, já vai, e assume a direção do estabelecimento de ensino.

Apenas, deputado Jacomel, mais um instantinho, com relação ao abaixo assinado que V. Exa. diz ter sido arrancado à força, não entro no mérito deste seu argumento. Quero dizer a V. Exa. apenas que este cidadão que não conheço, que V. Exa. cita, Pedro Pinto de Castro.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Não sou eu que cito.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. cita nessa declaração.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Então faça a correção.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Mas V. Excia. citou.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Lendo o que está escrito. Não foi dito por mim.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Este Pedro Pinto de Castro não assina o abaixo assinado. Talvez tenha pedido, mas não consta sua assinatura. As assinaturas, todas, não sei de que forma vieram a este abaixo assinado. Entretanto o abaixo assinado está aqui. Com relação à declaração da professora, que V. Exa. acabou de ler, dizendo que assinara sem saber, eu não duvido da sua palavra nem da palavra desta professora. O fato é que a assinatura dela está no documento. Uma das serventes que assinou este documento, foi exonerada de suas funções. Foi despedida daquele Grupo Escolar por que assinou documento a favor da ex-Diretora da Casa Escolar de Pinhais. É um clima de terror que a atual Diretora está impondo naquela Casa Escolar. Algo de verdadeiramente terrificante. Inclusive uma servente, porque assinou o abaixo assinado, a servente Maria Madalena, foi despedida. Veja V. Exa. que é difícil acreditar que não há perseguição, é difícil acreditar que não há interferência indebita. V. Exa. cita como comprovação de que usei o cargo de Secretário de Educação para fazer campanha política, o fato de que um determinado veículo daquela Secretaria estava naquele Grupo, depois de eu ter deixado a mesma, e já fazia tempo que eu deixara de ser Secretário, fazendo propaganda e prometendo um dentista. Desconheço o fato, entretanto agradeço a este funcionário a tentativa de me ajudar em minha eleição. E, quanto ao dentista que V. Exa. pede, vou gestionar junto à Secretaria de Saúde para ver se um dentista vai atender esta gente, apesar de não ter tido voto nenhum nessa região. Verifiquei minha votação e não tive um voto sequer, porque lá não fiz campanha e não conheço aquela localidade. A denúncia conta com documento e abaixo assinado, defendendo uma tese jurídica e de direito, de que uma Diretora com mandato de três anos não pode ser exonerada a não ser com inquérito administrativo.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. fala em inquérito administrativo. Quero voltar ao assunto do início de minha explanação.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Leopoldo Jacomel, nós estamos ouvindo o seu pronunciamento, mas agora, a intervenção do deputado Cândido Martins de Oliveira, que afirma que a Diretora nomeada só será despedida através de inquérito me chamou a atenção porque, por coincidência, tenho aqui em mãos portaria de uma professora nomeada em 30 de maio de 1969, Aparecida Silva, para o Grupo Escolar Nisia Floresta para exercer o cargo de Diretora, com mandato de três anos. Em 21 de janeiro de 70, outra portaria deixando sem efeito a anterior e designando a Professora Odete Robert para exercer aquela função. E não houve inquérito administrativo e estava em vigência o artigo 14 do Magistério Público. De modo que eu entendo estes cargos, como de confiança. Porque, no governo passado, houve inúmeras demissões nesse sentido e nunca se levantou, nesta Casa, a voz de ninguém.

E agora, como se trata de uma diretora, todo o mundo se levanta em favor dessa diretora injustiçada perseguida, querendo caracterizar o atual Governo como um governo de ódio e de perseguições.

Mas, aqui estão em minhas mãos, por coincidência, esses atos.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Feliz coincidência.

O sr. João Mansur — Foi por coincidência.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em primeiro lugar, quero congratular-me com o deputado João Mansur pela feliz coincidência dele trazer à esta sessão uma portaria que, provavelmente, por coincidência também, deve ter sido assinada por mim, quando Secretário de Educação. É uma coincidência extraordinária.

Mas mesmo que tenha havido, nesse ato, uma injustiça, um erro, jamais justificaria o outro.

Em segundo lugar sr. deputado Leopoldo Jacomel, queria informar ao deputado João Mansur e à esta Casa, que jamais assinei portaria sem inquérito administrativo. Deve ter inquérito administrativo na Secretaria de Educação. A não ser que o Governo atual tenha consumido o inquérito para me colocar em má situação.

Quero dizer ainda que exonerei um diretor, numa ocasião, diretor da Escola Normal de Cambé, nomeado pelo prazo de três anos. Exonerei por engano, porque entendia que aquele diretor não era efetivo, e o regulamento prevê que a direção de um estabelecimento deve ser atribuída a professores efetivos. E eu entendia que esse professor não fôsse efetivo. Na oportunidade, porém, ele tinha o tempo de serviço, apesar do ato de declaração de efetividade não ter sido apresentado, esse professor tinha tempo de serviço para sua efetivação. Entrou com Mandado de Segurança contra o meu ato e venceu o Mandado de Segurança. E eu tive de recolocá-lo e o recoloquei. E, hoje, ele é Diretor da Escola Normal de Cambé.

Portanto, reconheço os erros que cometi, mas combato veementemente os erros que forem cometidos neste Governo, porque hoje sou Deputado Estadual independente e com autoridade para dizer aquilo que entendo errado e condenável: a perseguição política que se implanta hoje, no Magistério do Paraná.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Quero agradecer o aparte do deputado João Mansur que, "por feliz coincidência", palavras do deputado Cândido Martins de Oliveira, veio esclarecer a situação da polémica que se levantou em torno da Casa Escolar de Pinhais.

Respondendo o aparte do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira da seguinte maneira: eu formulei o início do meu discurso baseado em documentos concretos, reais. Não quis citar o nome da pessoa a quem encaminhei a denúncia em 15 de outubro de 69, para não chamar a atenção da Casa. Mas, V. Exa. me abriu esse precedente e eu sou obrigado a dizer que foi a V. Exa. que encaminhei a denúncia dos 500 quilos de merenda escolar de teriorados na Casa Escolar de Pinhais. A denúncia foi encaminhada ao então Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira. Quer dizer, um ano e meio decorreu. Não houve sindicância. E então, para continuar a balbúrdia que lá estava, o atual Secretário devia esperar a solução de um inquérito?

Eu tenho a impressão, nobre Deputado, e me permita a sinceridade, V. Exa. está ainda sonhando como Secretário de Educação. Porque não é possível a Inspeção Regional dar posse a uma diretora, empossar uma diretora nomeada por portaria, e dizer V. Exa. que desconhece a nomeação dessa diretora. A diretora, d. Maria de Lourdes Gomes foi empossada através de portaria da Inspeção Regional de Ensino de Curitiba. Como é que a Inspeção desconhece os atos do Secretário de Educação?

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Apenas para esclarecer, permite um aparte?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Não concedi aparte a V. Exa.

V. Exa. alega que o sr. Pedro Pinto de Castro não assinou o documento. Evidentemente não podia assinar porque continua a balbúrdia e está provado, nas declarações da diretora atual, que a professora continua tumultuando lá dentro.

Acho que minha exposição de motivos, em que pese minha serenidade, pedindo, a suspensão da professora até o inquérito ser instaurado, que é o que diz o documento, não há política nenhuma.

Agora, se houve problema de lista triplíce, é problema da lei, que ao aprovar um artigo tornou inócuo o outro e aqui ninguém interpreta como ele é. Muito se falou do artigo 14 desta tribuna, mas ninguém o interpretou, nem S. Exa. que o regulamentou. O decreto anterior torna nulo o primitivo. Quer dizer, se estabeleceu uma confusão, de ordem tal que ninguém pode entender a lista triplíce: submetida ao Secretário, e nenhum nome sendo aprovado pelo mesmo, teria que haver nova eleição. Ainda não aceita pelo Secretário S. Exa. nomeia uma diretora pelo período de um ano.

Nós entendemos que embora exista a lista triplíce, mal informado pelo Deputado, pelo povo ou pela classe, a verdade é que entendemos que o cargo é de confiança e não pode estar lá uma professora que não defende os interesses do Governo, e a prova aí está, em 47 faltas aprovadas, o Governo pagou com dinheiro, e os alunos não foram beneficiados, pois não receberam aulas.

Não combatemos a defesa de V. Excia., sr. deputado Cândido Martins de Oliveira. V. Exa. está no seu papel de defensor, porque, inclusive, comprometeu-se através de seu cabo eleitoral, de que defenderia seu cabo eleitoral.

Eu nada prometi e jamais prometerei. Não preciso fazer política a base de promessa, não preciso fazer política com comando, não preciso fazer política com mentiras. Desde que entrei na vida pública, e comecei em Pirajuara, como Vereador, com 180 votos. Na segunda eleição, recebi 420 e na terceira 680. Para Deputado estadual, na primeira eleição, recebi 4.442 votos, na segunda eleição 15.516 e na atual, 21.382.

Nunca prometi, nunca ameacei diretora e não será agora, depois de 18 anos de vida pública, que vou me servir da direção de uma casa escolar, para desmoralizar meus 18 anos de vida pública. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada à Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brândão, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, emenda de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, ao Projeto de Lei n. 39-70. Necessita de apoio. **Apoiada.**

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 70-70, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o Rio Cantú. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 70-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o Rio Cantú.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.6.71

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 147-70, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00, a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 147-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Esperança Barbosa.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.6.71

2a) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 202-70, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 202-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Ação Social Jardim das Américas, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de Junho de 1971.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Wilson Brandão

3.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 1-71, de autoria do dep. Francisco Escorsin, fica denominado Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João situado no Município de Jataizinho, comarca de Uraí. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 39-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que concede o Título de Poeta Honorário do Paraná, ao Poeta Liberalino Estevam. — Parecer favorável da C.C.J. — Ao referido Projeto foi apresentado a seguinte emenda: **(Lê):**

“Emenda ao Projeto de Lei n. 39-70

Modifique-se a redação do artigo 1.º para o seguinte:

“Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná, ao poeta Liberalino Estevam”.

Sala das sessões, em 23 de junho de 1971.

a) **Antônio Lopes Júnior**.”

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado artigo por artigo.**

1.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n. 27-68, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, que dá nova Redação ao art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 27-68

Art. 1.º — O art. 26, do Regimento Interno, mantido o seu Parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 — O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou nos de escrutínio secreto”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 1967.

a) — Ovídio Franzoni

JUSTIFICATIVA:

A limitação imposta pelo atual Regimento Interno, ao Presidente da Assembléia, não encontra qualquer cabimento ou razões para a sua manutenção.

Impedir-se o Presidente da Assembléia de “oferecer projetos, indicações ou requerimento” é sujeitá-lo a uma suspeição de parcialidade que não encontra apoio nas tradições do Legislativo. Essa limitação além de injusta é contrária ao livre exercício do mandato, o qual não pode e nem deve sofrer quaisquer limitações. Tanto mais que o próprio Regimento Interno estabelece que ao Presidente é assegurado o direito de participar de todo e qualquer debate que se realiza na Assembléia, somente não podendo participar da votação, salvo nos casos expressamente previstos.

Dai a alteração que objetivamos seja procedida no Regimento Interno, livrando, assim, o Presidente da Assembléia de uma limitação injusta e de uma incômoda posição de não poder livremente exercer com a amplitude necessária o seu mandato do Deputado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Resolução N. 27-68

AUTOR: Dep. Ovídio Franzoni

SUMULA: Dá nova redação ao art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único.

1) Pretende o nobre deputado Ovídio Franzoni, através do presente Projeto de Resolução, dar nova redação ao art. 26 do Regimento Interno, mantido o seu parágrafo único.

2) O projeto em evidência vem articulado e devidamente justificado, atendendo disposição constante do mesmo Regimento Interno.

3) O mesmo não fere qualquer disposição, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Trata-se mesmo de matéria de exclusiva competência deste Poder. Quando à sua oportunidade, é evidente.

4) Em face de tais considerações, somos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 116-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Parecer da C.C.J. favorável.
— Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 116-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, marca “Huberwarco”, número de fabricação

OM 326913-80, série — 10 M — 20 L, pertencente, por transferência consignada no Decreto n. 16.889, de 26 de janeiro de 1965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1970.

a) Dep. **Arnaldo Busato**

JUSTIFICATIVA:

O maquinário que se pretende doar ao município de Toledo, através o presente Plano de Lei, vem prestando assinalados serviços àquela comunidade, há quase cinco anos. Ocorre, todavia, que, há cerca de um ano, referido maquinário, materialmente sem condições, de realizar os trabalhos a que está destinado, foi colocado em condições de uso efetivo pela Prefeitura Municipal de Toledo, tendo em vista, sobretudo, a sua imprescindibilidade. Mais, a sua longa permanência à disposição daquele Executivo Municipal indica quer solução de continuidade.

Assim sendo, considerando, de um lado, a necessidade do maquinário para prosseguimento das diversas frentes de obras da Prefeitura Municipal de Toledo, e, de outro, afastar a ameaça eminente do Executivo a qualquer claramente ser possível ao D.A.T.M., conceder definitivamente o maquinário, sem que o seu serviço de assistência técnica aos Municípios sofra qual-tempo ficar sem condições de continuar seu plano de trabalho, nada mais justo que a doação pretendida neste Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 116-70

AUTOR: Dep. Arnaldo Busato

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Toledo, uma motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

P A R E C E R

1) O Projeto em tela vem articulado e justificado, na forma determinada pelo Regimento Interno.

2) Vem, por outra parte, em forma de autorização, não ferindo qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai

Igo Losso

Armando Queiroz

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli e demais Deputados, solicitando uma Comissão Especial para ir à Capital Federal e ao Rio de Janeiro, para tratar de assuntos referentes ao Fundo Rodoviário Nacional e Participação dos Municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 101-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Presidente da República, telegrama reformulando o critério adotado com relação aos vereadores dos Municípios interioranos. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRUGER — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Governador do Estado, no sentido da organização de uma Comissão Especial destinada a planejar uma campanha educativa a respeito do problema dos tóxicos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de pedido de informações ao sr. Secretário de Segurança do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apêlo ao sr. Governador do Estado para que autorize o D.E.R. a proceder asfaltamento de rodovia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja formulado convite ao sr. Superintendente da Administração do Porto de Paranaguá, para proferir palestra nesta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando abono de faltas às sessões dos dias 21 e 22 do corrente. — Ao sr. 1.º Secretário para deliberar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24 de, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 20-70, 76-70;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39-70;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 27-68 e de Lei n.º 116-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 140-70, 268-70 e 173-70.

Levanta-se a sessão.